



Gestão & Regionalidade

ISSN: 1808-5792

revista.adm@uscs.edu.br

Universidade Municipal de São Caetano
do Sul
Brasil

Nunes Pereira, William Eufrásio; Santos Moraes, Ana Cristina; Alves Oliveira, Aline
CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS
DINAMISMOS E DESAFIOS NO PÓS-1990

Gestão & Regionalidade, vol. 33, núm. 97, enero-abril, 2017, pp. 5-22

Universidade Municipal de São Caetano do Sul
Sao Caetano do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=133450056002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DINAMISMOS E DESAFIOS NO PÓS-1990

MEDIUM-SIZED CITIES OF NORTHEAST: BRIEF CONSIDERATIONS ABOUT DYNAMICS AND CHALLENGES IN POST 1990

William Eufrásio Nunes Pereira

Economista, doutor em ciências sociais. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal (RN), Brasil

Data de recebimento: 15-08-2014

Data de aceite: 23-10-2016

Ana Cristina Santos Morais

Doutoranda em Economia na Universidade Federal do Pará (UFPA). Economista e mestre em Economia Regional pela UFRN, Belém (PA), Brasil

Aline Alves Oliveira

Mestre em Economia Regional pela UFRN, Natal (RN), Brasil

RESUMO

A abertura comercial e financeira, na primeira metade da década de 1990, visavam estabilizar a economia nacional. Dentro desse contexto, a reestruturação produtiva promoveu uma nova reconfiguração locacional da indústria nacional. O Nordeste foi uma das regiões que se beneficiaram com essa desconcentração industrial do período de 1970 a 1985. O foco desta pesquisa é apresentar, baseada em uma análise descritiva, o dinamismo do emprego formal nas cidades médias do Nordeste, verificando suas mudanças quantitativas de emprego. Para alcançar tal objetivo, utilizou-se os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), bem como os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. Conclusivamente, esta pesquisa mostrou que o Nordeste se beneficiou com a reestruturação produtiva e desconcentração industrial da região Sudeste, bem como das políticas fiscal-financeiras promovidas pelos governos estaduais e municipais, possibilitando a instalação de novos estabelecimentos nas cidades médias nordestinas.

Palavras-chave: Nordeste; cidades médias; população; emprego formal.

ABSTRACT

The trade and financial openness in the first half of the decade of 1990 stabilized national economy. Within this context, the restructuring process has promoted a new locational reconfiguration of national industry. Brazilian Northeast was one of the regions that benefited from this industrial decentralization period (1970-1985). The focus of this article is based on a descriptive analysis, the dynamism of formal employment in medium-sized cities in the Northeast, checking its quantitative changes in employment. To achieve this objective, we used data from the Annual Social Information (in Portuguese, "Relação Anual de Informações Sociais" – RAIS), as well as the population census of 1991, 2000, and 2010. Conclusively, this study showed that Northeast benefited from the restructuring of production and industrial decentralization in Southeast, as well as from fiscal and financial policies promoted by state and local governments, allowing the installation of new stores in Northeastern medium-sized cities.

Keywords: Northeast; medium-sized cities; population; formal employment.

Endereço dos autores:

William Eufrásio Nunes Pereira
willa@ufrnet.br

Ana Cristina Santos Morais
crystynamorays@hotmail.com

Aline Alves Oliveira
linealvesoliver@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo observar a dinâmica do emprego formal na indústria das cidades médias não metropolitanas da região Nordeste do Brasil nos anos 1990 e 2000. Tal observação se dá em função do deslocamento de indústrias em direção às cidades fora do contexto de regiões metropolitanas. Parte-se da constatação de que, até a primeira metade do século XX, o capital industrial estava concentrado no Sudeste, e a pouca integração econômica nacional colaborava para que o estado de São Paulo se afirmasse como o maior centro comercial do país. A partir de 1955, com a criação do Plano de Metas, que buscava industrializar o Brasil, as políticas econômicas implementadas tinham como finalidade proporcionar o crescimento da economia¹ nacional. Tais políticas tiveram, inicialmente, um efeito concentrador nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil.

Criado em 1958, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, tinha o intuito de relatar situações acerca da estagnação econômica e social do Nordeste, visando inserir a região em um processo de industrialização voltado para substituir suas importações, pois contribuíam significativamente para retardar o desenvolvimento nordestino. De acordo com o GTDN, a industrialização da região era fundamental para superar o atraso econômico e de renda existentes.

A criação do GTDN tinha como principal objetivo fazer um exame teórico, apontando as principais dificuldades para o entrave nordestino, tanto do ponto de vista econômico quanto social, os quais estavam diretamente relacionados ao problema das desigualdades regionais no território brasileiro. Era factual a urgente necessidade de políticas

de desenvolvimento social para o Nordeste, pois, conforme mostra o relatório do GTDN, havia diferenças básicas quanto ao pouco capital investido e, conseqüentemente, ao ritmo de crescimento econômico, fazendo com que a região demonstrasse diferenças bastante consideráveis. Tal relatório foi um canal para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no início dos anos 1960, consolidando-se como uma das primeiras ações de planejamento regional brasileiro.

Na década seguinte, os países desenvolvidos perpassaram por um processo denominado “reestruturação produtiva”. Tal processo substituiu, gradualmente, os sistemas de produção fordismo/taylorismo por um novo modelo de acumulação, mais flexível e mais adequado às novas necessidades do capital, fundamentado na flexibilidade dos contratos de trabalho e gestão da produção e do capital. No Brasil esse processo iniciou-se nos anos 1980, devido à crise ocorrida nos países centrais, os quais levaram aqueles em desenvolvimento a buscar novas maneiras de aumentar sua produtividade com a redução de custos. No Nordeste, algumas cidades de porte médio “ganharam” com a realocação industrial provocada pela reestruturação produtiva, o que transformou seus setores industriais – processo que pode ser entendido como uma reconfiguração industrial provocada, em primeira instância, pela reestruturação produtiva do capital.

A metodologia utilizada para fundamentar o presente estudo consistiu de uma revisão bibliográfica e um levantamento de dados secundários para fundamentar as ideias desenvolvidas. A pesquisa com delineamento bibliográfico tem a finalidade de contribuir com aportes teóricos dos autores sobre a reestruturação produtiva, as cidades médias e o mercado de trabalho. Essa pesquisa bibliográfica buscou levantar as contribuições mais importantes dos diversos pesquisadores do assunto em pauta.

Os dados secundários aqui apresentados são da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e

¹ Como estamos discutindo o período do Plano de Metas, o conceito de “crescimento” aqui se refere ao PIB gerado em função do aumento da produção.

Emprego (MTE), pois é uma das principais fontes de informação sobre o mercado de trabalho formal no Brasil. Esses dados são referentes às informações que as empresas comunicam ao MTE acerca de seus funcionários. Tais dados estão relacionados aos estabelecimentos, empregos formais, tipo de atividade exercida pelos trabalhadores, rendimentos, entre outros. Além da RAIS, utilizou-se, também, as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes aos censos populacionais de 1991, 2000 e 2010.

Quanto ao aspecto temporal, optou-se pelo estoque de empregos nos anos de 1991, 2000 e 2010, escolhidos para verificar a evolução do emprego formal, levando em consideração a dinâmica populacional das cidades em pauta. No que diz respeito ao recorte populacional, a classificação utilizada para cidade média é a mesma do IBGE, ou seja, aglomerações populacionais entre 100 mil e 500 mil habitantes.

A pesquisa está estruturada em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, buscou-se uma breve descrição a reestruturação produtiva no Brasil; em seguida, são apresentadas algumas considerações a respeito da economia brasileira e nordestina; a terceira parte apresenta uma contextualização sobre os alguns conceitos de “cidade média” e a dinâmica de crescimento populacional das cidades médias do Nordeste; e a quarta parte analisa o emprego nas cidades estudadas, apresentando as cidades com melhor possibilidade de inserção no mercado de trabalho formal.

2. O BRASIL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

No início da década de 1980, o Brasil precisava transformar suas bases produtivas e aderir a novas tecnologias e inovações, visando aumentar a produtividade e reduzir os custos de produção.

Esse processo é observado não apenas nos países desenvolvidos, mas também nos periféricos. A industrialização brasileira manteve sua concentração espacial no centro-sul do país, com destaque para o estado de São Paulo durante a maior parte do século XX. No entanto, essa concentração começou a reduzir na segunda metade do século. Na década de 1990, o Nordeste brasileiro apresentou avanço no que diz respeito à instalação de novas indústrias, das quais algumas foram implantadas na região e/ou transferidas do Sul e Sudeste. Nos anos 2000, há um novo direcionamento na economia brasileira, pois as políticas econômicas tornaram-se mais restritivas, destinando-se principalmente ao cumprimento de metas inflacionárias.

A aquisição de novos equipamentos, em função da reestruturação produtiva no Brasil, contribuiu para reduzir a concentração industrial paulista e foi marcada por diminuir os custos, principalmente aqueles relacionados à mão de obra, expulsando uma grande parcela dos trabalhadores dos seus postos de trabalho. *Grosso modo*, a relocação produtiva implicou em um processo de desconcentração do setor industrial do Sudeste para as demais regiões do país. Tal desconcentração, a qual Azzoni (1986) classifica como “reversão da polarização”, referia-se à mudança de polo do capital, centralizado no Estado, com maior intensidade na região metropolitana de São Paulo.

Essa reversão de polo industrial foi estimulada pelas deseconomias de aglomeração que se apresentavam na área metropolitana de São Paulo, ao mesmo tempo que possibilitou economias de aglomeração em outras regiões do país. O Nordeste atraiu indústrias conjuntamente com políticas estaduais de estímulo a tais transferências de empreendimentos industriais. Essa migração industrial está ligada ao processo de reestruturação produtiva, abertura comercial do capital, guerra fiscal entre os estados brasileiros etc.

O Plano Real no Brasil em 1994 reduziu a inflação, porém trouxe a valorização cambial, altas

taxas de juros, além da forte entrada de capital especulativo no país. Dentre as metas de políticas macroeconômicas, temos três temas: metas de inflação, taxa de câmbio flutuante e superávit primário (OLIVEIRA; NAKATANI, 2006).

Alguns fatores contribuíram para pressionar o setor industrial nos anos 1990, como a rapidez da abertura comercial e a longa duração da valorização cambial, marcada por ser de baixo dinamismo em virtude da reestruturação produtiva e política de estabilização. De acordo com Oliveira e Nakatani (2006), de 1990 até 2002, não havia um programa de investimentos que tivesse como finalidade uma mudança para um novo modelo de crescimento econômico, ou seja, uma capacidade de criar bases no setor industrial. Tal período caracterizou-se por ser de baixo dinamismo e instabilidade no crescimento econômico.

Quanto à desconcentração da indústria e a mudança no padrão locacional, Diniz (1993) mostra que houve uma redução relativa na participação da região metropolitana de São Paulo, provocando um processo de desconcentração, mesmo que em regiões ou áreas pré-selecionadas, mais voltada para o interior paulista ou em direção às localidades em seu entorno. Pois, para o autor, “o perfil da distribuição regional e pessoal dos rendimentos se apresenta como o grande obstáculo para uma efetiva política de desconcentração regional da indústria no Brasil” (p. 58).

Para Resende et al. (2014), esse processo de desconcentração apontado por Diniz mostra que houve uma relativa queda no emprego industrial no Brasil, principalmente na indústria de manufaturados, no período entre 1990 e 2000 – época em que, de acordo com os autores, ocorreu uma redução no estoque de empregos em geral.

Quanto ao mercado de trabalho formal no Brasil, existem alguns determinantes da sua redução nos anos 1990, relacionados à abertura comercial, falta de política industrial, juros elevados, entre outros. Na falta de um projeto nacional, a abertura

comercial no Brasil aconteceu de maneira indiscriminada e, carente de algumas políticas que a inserissem de forma ativa ou protegessem a produção e os níveis de emprego, transformou-se em um sério problema estrutural, aumentando o desemprego e reduzindo o mercado de trabalho formal. Além disso, as importações da década contribuíram ainda mais para reduzir o emprego e diminuir o crescimento da economia brasileira, tornando-se um dos responsáveis dessa situação (MATTOSO; BALTAR, 1997).

Na década de 1990 existia uma dificuldade muito grande para gerar empregos no Brasil, sendo 1994 e 1995 os piores anos. Mesmo com o aumento do produto interno bruto (PIB), as taxas de crescimento do emprego formal não acompanharam a produção nacional. Em contrapartida, as taxas de desemprego aumentaram significativamente, demonstrando que o mercado de trabalho estava se deteriorando. Como consequência desse baixo dinamismo do mercado de trabalho formal, ocorreu um aumento considerável do trabalho informal, deixando o trabalhador totalmente desprotegido de benefícios advindos da previdência social e do seguro-desemprego (RAMOS, 2007).

O quadro de neoliberalismo brasileiro, no qual não havia maiores preocupações com a integração nacional, e de uma mudança nos tradicionais fatores determinantes de localização da produção no Brasil, fez com que fossem pensadas políticas regionais lideradas pelo governo federal. O governo do presidente Lula, em 2003, lançou um projeto denominado Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que tinha como objetivo principal reduzir as desigualdades entre as regiões brasileiras. Na verdade trata-se de uma proposta ousada, em que se sugere “um Brasil para todos e de todas as regiões” (BRASIL, 2005). Essa política diagnosticava cada região de acordo com suas necessidades, com a ideia de criar programas com foco, principalmente, nos espaços detectados como sendo de baixa renda, com vistas a reduzir as desigualdades regionais e de renda existentes.

Para que tal objetivo obtivesse êxito, seria necessário proporcionar infraestrutura, principalmente nas áreas detectadas como prioritárias (BRASIL, 2005). Resende et al. (2014) mostram que as disparidades entre as regiões brasileiras diminuíram, no que se refere ao PIB, no período de 2000-2010, quando comparado com 1990-2000, apontando que as taxas de crescimento do produto para as regiões periféricas foram maiores do que as taxas das regiões consideradas mais ricas – Sul e Sudeste –, fato que aponta como uma característica inerente ao Brasil a recente redução na desigualdade de renda das pessoas e das regiões brasileiras.

A relação entre crescimento econômico e emprego no Brasil mostra que a produção aumentou, acompanhada pelo aumento dos vínculos formais, quando comparados com outros países em desenvolvimento. Alguns fatores explicam a retomada do mercado de trabalho no Brasil: a mudança de regime cambial, melhorando o mercado de trabalho brasileiro; a criação do sistema simples, que reduziu a carga tributária para novos empreendimentos; além de outros fatores relacionados à fiscalização exercida pelo MTE. É importante destacar que, nos anos 1990, ocorreu uma redução do emprego formal, dada a necessidade de reduzir custos pelas empresas, em virtude do processo de reestruturação produtiva do período. A partir de 2004, a produtividade cresceu com a desvalorização do real, principalmente na indústria de transformação.

No entanto, o período econômico vigente aponta para melhorias, pois há redução no desemprego, aumento de produtividade e do rendimento do trabalho. Além disso, o setor industrial e a agricultura apontaram para manutenção da boa performance na geração de emprego (NEVES JÚNIOR; PAIVA, 2008).

No Nordeste, inicialmente, foi a Sudene o órgão responsável pelo planejamento de projetos visando o crescimento econômico da região. Segundo Pereira (2008), alguns autores concordam que, entre 1970 e 1985, o Brasil passou por um

processo de desconcentração produtiva nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, os quais perderam participação relativa na produção industrial do país.

Para Diniz (2000 apud PEREIRA, 2008, p. 85), as razões para o processo de desconcentração da economia brasileira, entre 1970 e 1985, devem-se a:

1. deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo, e criação de economias de aglomeração em outras regiões;
2. ação do Estado via investimento direto, incentivos fiscais e construção de infraestrutura;
3. busca de recursos naturais e consequente expansão agrícola;
4. efeitos locacionais da competição.

O deslocamento de indústrias, em virtude da reestruturação produtiva, reduziu-se a partir da década de 1980. Porém, isso não significa que a região Sudeste deixou de ser o centro dinâmico do país, visto que São Paulo continua sendo um local atrativo para empresas de alta tecnologia. Esse crescimento não tem sido totalmente satisfatório, como ressalta Pereira (2008), devido à realocação de algumas indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro, em virtude das “deseconomias de aglomeração e a guerra fiscal”. Assim, o referido autor afirma que:

A configuração urbano-industrial que começou a delinear-se nos 1980 e 1990 apontava para a perda da importância e da participação no PIB das metrópoles nacionais – São Paulo e Rio de Janeiro – em benefício das outras metrópoles nacionais e cidades de porte médio (p. 86).

Ferreira e Lemos (2000 apud PEREIRA, 2008, p. 87) afirmam que empresas se localizaram em regiões periféricas, como o Nordeste, devido ao “aproveitamento de potencialidades regionais para o aprimoramento de indústria de base local”, e as

políticas de ampliação da indústria ficaram restritas à guerra fiscal entre os estados. Pereira (2008) afirma que os dois fenômenos podem atuar simultaneamente, mas, para ele, o fator principal que realocizou as indústrias foram os incentivos fiscal-financeiros, concedidos pelos estados brasileiros na década de 1990, além da mão de obra “barata e abundante”.

No Brasil, os principais espaços urbanos que ganharam com a realocização industrial foram as cidades de médio porte, em detrimento de outras cidades. As do interior paulista foram as que mais ganharam, devido às deseconomias de aglomeração existentes na região metropolitana do estado, bem como pela infraestrutura em estradas proporcionada pelo governo.

Embora a reestruturação produtiva tenha realocado indústrias no Nordeste brasileiro, Pereira (2008, p. 90) afirma que os estados dessa região atraíram “investimentos privados fruto do movimento do capital”, promovidos mais pela guerra fiscal do que pela reestruturação propriamente dita, ainda que não se possa rejeitar a importância desse processo.

3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA E NORDESTINA

Na segunda metade dos anos 1970, entrou em vigor o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que foi mais abrangente do que o Plano de Metas, cujo objetivo era solucionar os problemas com o setor externo. O Brasil estava inserido em um contexto internacional de desequilíbrio no balanço de pagamentos, aumento nos preços do petróleo e queda no crescimento das economias e nas exportações.

O II PND pretendia modificar o estágio de desenvolvimento do setor industrial. Para mudar o então modelo existente, seria necessário, de acordo com a Lei nº 6.151/1974, uma mudança na

indústria de bens de capital e de eletrônica pesada, além do foco no segmento de insumos básicos, visando substituir importações (BRASIL, 1974; LESSA, 1983). O plano deveria: aumentar a participação da indústria pesada; ratificar a importância do setor privado brasileiro; desconcentrar a indústria nacional com a distribuição da produção nas regiões brasileiras e proporcionar uma melhor distribuição de renda. Nesse contexto de implantação do plano, com queda nas taxas de crescimento da economia mundial, as empresas de capital externo queriam investir no Brasil, visto que havia possibilidade de crescimento do mercado nacional (CARNEIRO, 2002; TAVARES, 1985).

Do período do milagre até o início dos anos 1980, a indústria de base se consolidou. As políticas de âmbito nacional eram pensadas no sentido de expandir e diversificar a produção, com crescimento em todos os segmentos produtivos, incluindo telecomunicações, energia e transportes. Porém, tais investimentos vieram à custa de grande endividamento externo. Além disso, a capacidade industrial ociosa foi aproveitada, além do retorno ao investimento (CAIADO, 2002). No período de 1970 a 1980, os estados mais ricos, como Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, perderam participação relativa em benefício de outros (CANO, 2007). Mesmo com a redução dos investimentos federais no estado de São Paulo, os investimentos da União amadureceram, com importantes rebatimentos no interior do estado. Além disso, os custos (normatização, fiscalização) de implantação de indústrias na região metropolitana do estado tornavam-se cada vez mais inviáveis, visto que algumas empresas estavam se reestruturando (Ibidem).

Diante do quadro de crise, o Estado brasileiro perdeu completamente sua capacidade de ser o principal ator e promotor do investimento, pois apesar da geração de emprego e renda, havia um arrocho no salário e na renda do trabalhador (TAVARES, 1985). A partir da segunda metade da década supracitada, ocorreram tentativas malsucedidas

de estabilizar a inflação, através de planos anti-inflacionários – Cruzado, Bresser e Verão (CASTRO, 2005).

Nesse mesmo período, iniciou-se o processo de consolidação da economia nordestina. As transferências de capitais públicos e privados para o Nordeste contribuíram para melhorar e expandir a base produtiva regional, revertendo a polarização da economia brasileira no Sudeste, e as regiões periféricas obtiveram crescimento médio superior às regiões mais desenvolvidas. Na década de 1970, Bahia, Pernambuco e Ceará participavam em média com 71% do PIB de sua região e concentravam 63% dos incentivos liberados pela Sudene. Porém, o aumento da participação da economia nordestina no PIB brasileiro derivou mais do decréscimo da economia nacional (IPEA, 2001). Nos anos 1980, a fiscal e financeira do Brasil, relacionada à crise externa, rompe com o modelo desenvolvimentista do país, período em que há altas taxas inflacionárias. No caso do Nordeste não é diferente, pois sofre rebatimentos da crise nacional devido a sua dependência dos investimentos do setor público.

O início da década de 1990 é marcado por um alto índice de inflação, bem como pela eleição do Fernando Collor de Mello. A ruptura com o modelo de crescimento anterior, nesse contexto, traz uma nova configuração na economia brasileira, com a abertura comercial e financeira e, em 1994, o plano de estabilização econômica. Tais planos, Collor I e II, segundo Castro (2005), além de não acabarem com a inflação, retrocederam e perderam credibilidade diante das instituições bancárias (poupanças). Ao ser destituído do poder, seu vice, Itamar Franco, assume o mandato, lançando bases do programa de estabilização da economia brasileira. Nesse período, o Nordeste sofre o impacto das políticas vigentes e da ausência de políticas econômicas implementadas pelo governo federal, tanto no período de crise quanto no momento de recuperação. As mudanças ocorridas nos anos 1990 e o hiato deixado pela Sudene contribuíram

para o reaparecimento da questão regional, agora modificada pelo aparecimento de subespaços dinâmicos e não dinâmicos na mesma região.

Com a ausência do Estado no planejamento econômico regional, ficou um vazio que foi preenchido pela guerra fiscal e pelas estratégias dos governos estaduais em implementar as formas mais variadas de competição pelos capitais privados. “Nesse contexto que fragmenta e dispersa iniciativas, conclui-se que, na verdade, a dinâmica de cada região é comandada pelos agentes do setor privado, pelas decisões que eles tomam” (ARAÚJO, 2006, p. 39).

Portanto, percebe-se que a década de 1990 foi um momento histórico e relevante para o Nordeste, pois o planejamento regional perdeu força diante de uma agenda neoliberal ditada pelo consenso de Washington, implementada pelos governos do Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Com isso, a Sudene provou sua ineficácia e foi extinta.

No início dos anos 1990, existiam no Brasil vários incentivos fiscais, já mencionados. Alguns conflitos ocorriam em alguns estados, no que se refere ao setor industrial, principalmente nos segmentos têxteis e calçados, os quais, de acordo com Alves (2001), tiveram suas plantas deslocadas das regiões Sul e Sudeste em direção ao Nordeste, não apenas em busca de mão de obra mais barata, mas também de incentivos fiscais, bem como redução no custo com transportes. A autora sintetiza a guerra fiscal em:

- A) um processo constante, operacionalizado pelo estado;
- B) uma política pública que visa alocar novos empreendimentos;
- C) mecanismos que promovem subsídios dentre os quais o ICMS apresenta-se como o mais importante (Alves, 2001, p. 15).

Os estados do Nordeste também se empenharam nesse processo. Ceará, Pernambuco e Bahia

destacam-se por terem promovido esforços ativos, visando atrair novos investimentos, mas não tiveram grande êxito, no que se refere à indústria de transformação, com exceção da Bahia. Contudo, em termos absolutos, “o valor da transformação industrial da Bahia (54,5%) é superior ao somatório do valor da transformação industrial dos estados de Alagoas, do Maranhão e da Paraíba” (PEREIRA, 2008, p. 107).

O fato de o Brasil intervir economicamente por meio de incentivos fiscais demonstra uma contradição, visto que o país encontrava-se em uma profunda crise, e seus respectivos estados, com endividamento público. Dentro desse contexto, alguns gestores públicos acreditavam que a renúncia fiscal traria benefícios maiores do que as perdas. Era possível que, a curto prazo, houvesse ganhos relacionados a emprego e renda; contudo, a médio e longo prazos, a possibilidade de saída dessas empresas trouxe perda dos ganhos de curto prazo (FERREIRA, 2000).

Na década de 1990, o Nordeste brasileiro avançou na instalação de novas indústrias, sendo que algumas foram implantadas na região e/ou transferidas do Sul e Sudeste. A partir dos anos 2000, houve um novo direcionamento na economia brasileira, pois as políticas econômicas tornaram-se mais restritivas, destinando-se principalmente ao cumprimento de metas inflacionárias. A partir de 2006, a região Nordeste apresentou taxas de crescimento econômico superiores às do restante do país – resultado que veio se consolidando nos anos posteriores (AMARAL FILHO, 2011).

No que diz respeito às políticas municipais de ampliação da indústria, as cidades seguiram o exemplo dos estados, acentuando ainda mais a guerra fiscal entre ambos. Grandes empreendimentos que se transferiram para o Nordeste alocaram-se nas cidades de médio porte, principalmente as localizadas nas proximidades das capitais, geralmente nas regiões metropolitanas.

4. CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES DE MÉDIO PORTE

A sociedade capitalista foi urbanizada pela industrialização. Para Lefebvre (2004, p. 15) a sociedade urbana nasceu da industrialização; ela “domina e absorve a produção agrícola”. Há uma clara distinção entre cidade e campo nessas sociedades, que se tornou menos aparente com o campo absorvendo as máquinas, principalmente quando se amplia a relação entre preço da produção e o lucro no setor rural, tal qual na indústria.

A urbanização inserida no contexto da primeira revolução industrial estava fundamentada de acordo com dois conjuntos de fatores: na prévia decomposição da sociedade rural e sua emigração para as cidades, disponibilizando mão de obra à indústria e na saída de uma economia doméstica para uma manufatureira. Para o autor é a indústria que se constitui como elemento que domina a urbanização, pois as indústrias são atraídas para as cidades pela mão de obra e mercado disponíveis, pois nos dois casos é ela que promove também o desenvolvimento do setor de serviços (CASTELLS, 2000).

No Brasil, vários autores (PEREIRA, LEMOS, 2003; AMORIM FILHO; SERRA, 2001; ANDRADE; SERRA, 2001) discorrem sobre o assunto, visando constituir, compreender ou caracterizar alguns conceitos para as cidades médias brasileiras (haja vista as mudanças ocorridas na organização e produção) que estão diretamente relacionados à reestruturação produtiva, abertura comercial e mudanças no papel do Estado no desenvolvimento do país, com a ampliação nos investimentos em infraestrutura, estradas, ferrovias, energia elétrica e telefonia (AMORIM FILHO; SERRA, 2001).

Nos anos 1970, “cidades médias” eram municípios com contingente populacional de 20 mil habitantes. A partir dos anos 1980, as cidades de porte médio atraíam populações com melhor poder aquisitivo. Conforme mostra Santos (2013), as

idades com população entre 20 mil e 500 mil habitantes passam, em 1950, de 7 milhões para cerca de 38 milhões em 1980. Sposito (2005, p. 175) define “idades médias” como “aquelas que desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando-se, no período atual, as relações internacionais e nacionais que têm influência na conformação de um sistema urbano”.

Alguns fatores foram fundamentais para o dinamismo populacional das cidades médias no Brasil, pois o processo de desconcentração industrial foi impulsionado pelas deseconomias e economias de aglomeração (ANDRADE; SERRA, 2001). De acordo com os autores, essas novas aglomerações em direção às cidades médias ocorreram no final da década de 1980. Há ainda que se destacar outros fatores, como preço da terra e da mão de obra, além de problemas ambientais, pois a fiscalização nas regiões metropolitanas, em especial em São Paulo, é mais rigorosa. Tais fatores contribuíram de forma significativa para que indústrias procurassem outros espaços para se instalar.

Há três características que definem cidades médias: articular os eixos de desenvolvimento; atuar nos sistemas regionais com sucesso na localização de tecnopolos; e apresentar importância das relações espaciais da cidade, onde desempenham papel importante na divisão do trabalho (LIMA, 2010).

Nesse contexto, as cidades de médio porte podem ser conceituadas por sua relevância na localização geográfica, população, importância socioeconômica e função na hierarquia urbana, sendo localizadas em centros de desenvolvimento regional e apresentando papel fundamental de desconcentração regional e de dinamização, pois criam o desenvolvimento local e regional, possibilitando a diminuição da disparidade econômica e de renda, com vistas a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes (STEINBERGER; BRUNA, 2001).

Tais cidades são capazes de unir centros que já têm escala urbana, com atividades econômicas que

podem gerar as chamadas “economias de aglomeração”. Amorim Filho e Serra (2001) apresentam uma tipologia com características visíveis das cidades médias que as levam a desenvolver funções econômicas completamente diferentes dentro da hierarquia urbana nacional – inclusive dinâmicas desiguais. Essa tipologia é definida como: a) cidades médias metropolitanas – as que fazem parte de uma área metropolitana definida por lei; b) cidades médias capitais de estados – ligadas a funções administrativas públicas; c) cidades médias em eixos de transporte, associadas à infraestrutura; e d) cidades médias de fronteiras agrícolas, relacionadas à expansão agrícola para novas áreas do país. Essas cidades atraem a população, devido, principalmente, à possibilidade de oferta de emprego, da instalação do setor industrial e de serviços. Além disso, contribuem para diminuir o congestionamento populacional dos grandes centros urbanos.

A reconfiguração urbano-industrial dos anos 1980 e 1990 perdeu a prioridade das metrópoles nacionais, como Rio de Janeiro e São Paulo, fato que acabou beneficiando outras cidades, incluindo as de médio porte não pertencentes a regiões metropolitanas. Um dos principais motivos para a implantação de novos empreendimentos nessas cidades se deve aos incentivos fiscais financeiros, frutos de políticas concedidas pelos estados.

O crescimento das cidades médias do Nordeste ocorreu principalmente a partir da década de 1990. Segundo Carvalho (2008), nessa época, em meio a uma fase marcada pelo processo de liberalização da economia nacional e pela ausência de uma política de desenvolvimento industrial, com o esvaziamento da instituição coordenadora do planejamento regional (Sudene), os maiores estados nordestinos, como Bahia, Ceará e Pernambuco, iniciaram uma estratégia de concessão de incentivos, a conhecida “guerra fiscal”. Essa política de atração de indústrias, por meio da renúncia dos tributos, foi adotada pelos demais estados da região. A iniciativa coincidiu com um período

no qual indústrias do Sul e do Sudeste buscavam resolver problemas de deseconomias de aglomeração nos grandes centros, saindo de espaços saturados para minimizar custos de produção em outras regiões. Muitas empresas intensivas em mão de obra, como as indústrias têxteis e de calçados, deslocaram-se para o Nordeste, aproveitando os salários mais baixos. Tal estratégia,

combinada à proximidade de fontes de matéria-prima, infraestrutura local e desenvolvimento de novos mercados, foi determinante para beneficiar a região em uma década de dificuldades para a economia nordestina (Ibidem).

A Tabela 1 mostra o número de municípios brasileiros por grandes regiões a partir de seu tamanho populacional.

Tabela 1 – Quantidade de municípios, no Brasil, por região e tamanho populacional – 1991 e 2010

Nº de habitantes	1991						2010					
	BRASIL	NO	NE	SE	S	CO	BRASIL	NO	NE	SE	S	CO
Total	5488	449	1786	1666	1141	446	5564	449	1794	1667	1188	466
Até 20 mil	4193	342	1294	1243	946	368	3914	275	1195	1145	940	359
20 a 100 mil	1120	96	455	337	163	69	1368	154	541	384	200	89
101 a 500 mil	151	9	31	75	30	6	245	18	47	122	44	14
501 mil a 1 milhão	14	-	4	8	-	2	23	-	7	12	2	2
1 milhão a 1,5 milhões	5	2	1	-	2	-	5	1	1	1	1	1
Acima de 1,5 milhões	5	-	1	3	-	1	9	1	3	3	1	1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos censos do IBGE – 1991 e 2010.

É possível perceber uma redução na quantidade de municípios com até 20 mil habitantes em todas as regiões do país. O maior crescimento ocorreu na quantidade de cidades com população entre 20 mil e 100 mil habitantes, com um aumento de 22%. As cidades com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, que em 1991 eram 151, passaram a 245 em 2010; ou seja, um crescimento de aproximadamente 62% de cidades médias. Somando o Sudeste e o Nordeste, 69% das cidades médias do Brasil encontram-se nessas duas regiões. O crescimento populacional das cidades médias mostra a tendência, apontada por Brito (2012), de que há um crescimento populacional dos glomerados entre 100 mil e 500 mil habitantes.

A importância das cidades médias no cenário brasileiro se deve mais por sua situação geográfica

do que pelo seu tamanho demográfico. Amorim Filho e Serra (2001) apresentam as cidades médias como centros estratégicos para desenvolver políticas urbanas e de desenvolvimento regional desde a década de 1970, que visavam minimizar o fluxo migratório para as grandes cidades, maior eficiência na produção, bem como multiplicar “postos avançados de expansão do sistema socioeconômico nacional” (p. 19). Com essa perspectiva, o governo brasileiro na década de 1980 promoveu políticas nacionais que estabilizassem a crise monetária e fiscal e contivessem a migração para as grandes cidades do país.

A Tabela 2 apresenta o contingente populacional das cidades médias do Nordeste, com informações referentes aos censos de 1991, 2000 e 2010, bem como o crescimento relativo da população no período.

Tabela 2 – População das cidades médias do Nordeste: termos absolutos e taxas de crescimento (%)

UF	CIDADES	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
PE	Petrolina	162.402	218.538	294.081	34,57	34,57
BA	Porto Seguro	34.661	95.721	126.770	176,16	32,44
BA	Teixeira de Freitas	85.547	107.486	138.491	25,65	28,85
PE	Caruaru	213.697	253.634	314.951	18,69	24,18
CE	Itapipoca	77.922	94.369	116.065	21,11	22,99
RN	Mossoró	192.267	213.841	259.886	11,22	21,53
CE	Sobral	127.315	155.276	188.271	21,96	21,25
MA	Timon	107.439	129.692	155.396	20,71	19,82
BA	Eunápolis	70.545	84.120	100.246	19,24	19,17
CE	Juazeiro do Norte	173.566	212.133	249.936	22,22	17,82
MA	Açailândia	63.626	88.320	104.013	38,81	17,77
BA	Vitória da Conquista	225.091	262.494	306.374	16,62	16,72
CE	Crato	90.519	104.646	121.462	15,61	16,07
AL	Arapiraca	164.921	186.466	214.067	13,06	14,80
BA	Juazeiro	128.767	174.567	197.984	35,57	13,41
BA	Paulo Afonso	86.619	96.499	108.419	11,41	12,35
MA	Caxias	131.345	139.756	155.202	6,40	11,05
PE	Vitória de Santo Antão	106.848	117.609	130.540	10,07	10,99
PI	Parnaíba	117.266	132.282	145.729	12,81	10,17
PE	Garanhuns	103.341	117.749	129.392	13,94	9,89
PB	Patos	81.565	91.761	100.695	12,50	9,74
BA	Alagoinhas	116.894	130.095	142.160	11,29	9,27
PB	Campina Grande	321.904	355.331	385.276	10,38	8,43
MA	Imperatriz	225.005	230.566	247.553	2,47	7,37
MA	Codó	102.903	111.146	118.072	8,01	6,23
BA	Barreiras	92.640	131.849	137.428	42,32	4,23
BA	Itabuna	185.277	196.675	204.710	6,15	4,09
BA	Jequié	144.772	147.202	151.921	1,68	3,21
BA	Ilhéus	226.885	222.127	184.231	-2,10	-17,06
NE	NORDESTE	42.497.643	47.741.711	53.081.950	12,34	11,19

Fonte: Elaboração própria. Censos 1991, 2000, 2010 – IBGE.

A quantidade de cidades médias cresceu a cada censo. Tais cidades têm apresentado crescimento superior ao do Nordeste. Algumas cidades, como Porto Seguro, cresceram consideravelmente, saindo de 34.661 habitantes em 1991 para 126.770 em 2010. Os dados de 2010 permitem constatar que há evolução positiva no crescimento populacional dessas cidades.

“A região Nordeste do Brasil tem 29 cidades médias que, juntas, detinham em 2010 uma população de 5,9 milhões de habitantes e um PIB de R\$ 55 bilhões de reais em 2009” (MORAIS, 2012, p. 47). Esses centros constituem grandes aglomerações urbanas,

que se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos ou de conurbações, sendo denominado de “área de concentração de população” (ACP). São caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, grau de urbanização e coesão interna da área (deslocamentos da população para trabalho ou estudo).

No entanto, o processo de urbanização das cidades médias brasileiras tem apresentado, em sua maioria, crescimento relativo superior ao do Nordeste, havendo um avanço na quantidade dessas cidades não pertencentes às regiões metropolitanas. De acordo com a Tabela 2, em 1991, havia 20 cidades médias, passando a 24 em 2000 e a 29

em 2010. A cidade de Feira de Santana, na Bahia, até o censo de 2000, era considerada uma cidade média, porém os dados de 2010 apontam que a cidade tem 556.756 habitantes, portanto, não se encontra mais na classificação criada pelo IBGE.

Percebe-se que em 1991 algumas cidades não eram consideradas de médio porte. O estado da Bahia passou de 7, em 1991, para 11 cidades médias em 2010. De acordo com essa tabela, as cidades que mais cresceram, em termos relativos, na década de 1990, foram Porto Seguro (176,16%), Barreiras (42,32%), Açailândia (38,81%) e Juazeiro (35,57%). Nos anos 2000, as cidades mais dinâmicas no crescimento populacional foram Petrolina (34,57%), Porto Seguro (32,44%), Teixeira de Freitas (28,85%) e Caruaru (24,18%). A instalação de indústrias nas cidades médias da região estabeleceu estruturas produtivas que

aumentaram e diversificaram o consumo e o comércio, tendo como consequência o crescimento populacional dessas cidades. *Grosso modo*, o crescimento populacional, do ponto de vista relativo, foi maior no período entre os anos 1991 e 2000.

Os estados da Bahia, Ceará e Paraíba tiveram o maior crescimento do número de estabelecimentos durante a década de 1990 (Tabela 3). O expressivo crescimento na Bahia deve-se à instalação de um parque industrial automobilístico (Ford) que requer também a instalação de estabelecimentos complementares, como indústrias de autopeças. No Ceará, o crescimento do número de estabelecimentos deve-se à instalação de indústrias têxteis e calçadistas; e na Paraíba, à instalação, principalmente, da indústria calçadista. Os demais estados da região apresentaram crescimento maior a partir da década de 2000.

Tabela 3 – População residente segundo as grandes regiões do Brasil – 1950/2000 – Quantidade absoluta

Região	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Norte	1834185	2561782	3603679	5880706	10030556	12900704
Nordeste	17992094	22181880	28111551	34815439	42497540	47741711
Sudeste	22549386	30630728	39850764	51737418	62740401	72412411
Sul	7835418	11753075	16496322	19031990	22129377	25107616
Centro - Oeste	1730684	2942992	5072530	7545769	9427601	11636728
BRASIL	51941767	70070457	93134846	119011052	146825475	169799170

Fonte: IBGE.

Esses estados também apresentam dinamismo econômico em outras áreas, destacando-se os polos agroindustriais da agricultura irrigada, complexo mineiro-metalúrgico, moderna agricultura do cerrado (soja), além de diversos polos turísticos e tecnológicos, que garantem aumento de novos postos de trabalho. A oferta de empregos aumentou na década de 2000, por conta da maturação dos investimentos da década anterior e pela dinamização de outros setores da economia, como comércio e serviços, consequentemente aumentando a população dessas cidades.

5. AS CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE

A dinâmica do mercado de trabalho relaciona-se com o contingente populacional e em que medida essa população está economicamente ativa. Ou seja, é a taxa de atividade, caracterizada pela percentagem das pessoas (com dez anos de idade ou mais) economicamente ativas. A força de trabalho é a população economicamente ativa (PEA), composta pela população ocupada e desocupada². No

² Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=3&op=1&vcodigo=CD97&t=numero-municipios-censo-demografico-classes-tamanho>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

Tabela 4 – População e emprego formal nas cidades médias do Nordeste em 1991, 2000 e 2010 (%)

UF	CIDADES	1991			2000			2010		
		POPULAÇÃO	EMPREGO	ÍNDICE	POPULAÇÃO	EMPREGO	ÍNDICE	POPULAÇÃO	EMPREGO	ÍNDICE
BA	Alagoinhas	116894	7242	16,14	130095	9649	13,48	142160	20817	6,83
BA	Barreiras	92640	5343,0	17,34	131849	11918,0	11,06	137428	24708	5,56
BA	Eunápolis	70545	0,0	0,00	84120	7197,0	0,00	100246	19479	0,00
BA	Feira de Santana	406447	36839,0	11,03	480949	51907,0	9,27	556756	103904	5,36
BA	Ilhéus	226885	15504,0	14,63	222127	18086,0	12,28	184231	30809	5,98
BA	Itabuna	185277	19165,0	9,67	196675	22496,0	8,74	204710	38661	5,30
BA	Jequié	144772	7000,0	20,68	147202	11177,0	13,17	151921	22076	6,88
BA	Juazeiro	128767	13141,0	9,80	174567	18990,0	9,19	197984	28695	6,90
BA	Paulo Afonso	86619	7999,0	10,83	96499	7901,0	12,21	108419	13522	8,02
BA	Porto Seguro	34661	2378,0	14,58	95721	8674,0	11,04	126770	20950	6,05
BA	Teixeira de Freitas	85547	4710,0	18,16	107486	10200,0	10,54	138491	22985	6,03
AL	Arapiraca	164921	10321,0	15,98	186466	12013,0	15,52	142160	26737	5,32
PI	Parnaíba	117266	6767,0	17,33	132282	8680,0	15,24	145729	15239	9,56
RN	Mossoró	192267	21996,0	8,74	213841	27110,0	7,89	259886	57348	4,53
CE	Crato	90519	6065	14,92	104646	10089	10,37	121462	16440	7,39
CE	Itapipoca	77922	1976	39,43	94369	3241	29,12	116065	8523	13,62
CE	Juazeiro do Norte	173566	10549	16,45	212133	17607	12,05	249936	39503	6,33
CE	Sobral	127315	9477	13,43	155276	21120	7,35	188271	41963	4,49
MA	Açailândia	63626	3051	20,85	88320	6111	14,45	104013	13632	7,63
MA	Caxias	131345	4626	28,39	139756	5165	27,06	155202	11911	13,03
MA	Codó	102903	2829	36,37	111146	3922	28,34	118072	6857	17,22
MA	Imperatriz	225005	15259	14,75	230566	17459	13,21	247553	42302	5,85
MA	Timon	107439	2474	43,43	129692	4357	29,77	155396	13168	11,80
PB	Campina Grande	321904	35157	9,16	355331	42839	8,29	385276	80013	4,82
PB	Patos	81565	2594	31,44	91761	5758	15,94	100695	9902	10,17
PE	Caruaru	213697	16663	12,82	253634	20934	12,12	314951	58542	5,38
PE	Garanhuns	103341	7087	14,58	117749	8721	13,50	129392	16154	8,01
PE	Petrolina	162402	13777	11,79	218538	23879	9,15	294081	51010	5,77
PE	Vitória de S. Antão	106848	6184	17,28	117609	7724	15,23	130540	16729	7,80

Fonte: Elaboração dos autores. RAIS/MTE e censos de 1991, 2000 e 2010.

entanto, utilizou-se neste estudo a população total, não a PEA. Constam na população total todas as pessoas de uma localidade, ou seja, incluem crianças (abaixo de 10 anos) e idosos (acima de 65 anos) que se encontram fora da idade ativa para o trabalho e por isso não devem possuir emprego formal.

Para analisar a Tabela 4, criou-se um índice dividindo o total da população pela quantidade de empregos formais das cidades: quanto mais próximo de 1 o índice estiver, mais ocupada, ou melhor, empregada formalmente, estará a população. Os dados obtidos contemplam toda a região Nordeste³ (para facilitar a análise, dividimos as cidades médias do Nordeste por estado).

Mossoró e Sobral apresentaram os melhores índices em 2010, com 4,5 e 4,49, ou seja, uma média de 4 pessoas concorrendo a uma vaga de emprego na cidade – uma melhoria de 50%. Em seguida, Eunápolis, Itabuna, Arapiraca, Campina Grande, Petrolina e Imperatriz apresentam boas taxas. A cidade de Parnaíba apresenta quase 10 pessoas disputando uma vaga de emprego. Algumas cidades reduziram seus índices significativamente entre 1991 e 2010, como: Alagoinhas, de 16,14 para 6,83; Barreiras, de 17,34 para 5,56; Jequié, de

20,68 para 6,88; Itapipoca, de 39,43 para 13,62; Timon, de 43,43 para 11,80; e Patos, de 31,44 para 10,17. Jequié contava com um índice muito ruim, mas demonstrou melhora significativa, apesar de estar em uma área de pouca precipitação pluviométrica do estado da Bahia; Codó, no Maranhão, apresentou o pior índice – 17,22. Essas melhorias se deram em virtude de uma série de políticas em benefício da cidade, mas não expressam mudanças significativas na qualidade do mercado de trabalho da região. Também vale salientar que não se trata de dados precisos, porque seria necessário retirar as pessoas em idade inativa da pesquisa.

A crise do início da década de 1990 oscilou a quantidade de empregos no setor industrial, e a partir de 1998, esses municípios passaram a promover incentivos fiscais para atrair novos investimentos. Os municípios que utilizaram a política de incentivos conseguiram instalar indústrias em seu território e geraram mais empregos para a população. No Nordeste, uma das cidades, Eunápolis, não tinha empregos na indústria em 1994, porém em 2013 a cidade apresentou empregos em todos os segmentos do setor.

A Tabela 5 mostra o crescimento na taxa de emprego entre 1991 e 2010.

Tabela 5 – Emprego formal total e taxa de crescimento (%) nas cidades médias do Nordeste.

UF	1991	2000	2010	2000/1991 (%)	2010/2000 (%)
ALAGOAS	10.321	12.013	26.737	16,39	122,57
BAHIA	99.675	153.566	299.145	54,07	94,80
CEARÁ	28.067	52.057	106.429	85,47	104,45
MARANHÃO	28.239	37.014	87.870	31,07	137,40
PARAÍBA	37.751	48.597	89.915	28,73	85,02
PERNAMBUCO	43.711	61.258	142.435	40,14	132,52
PIAUÍ	6.767	8.680	15.239	28,27	75,56
RIO GRANDE DO NORTE	21.996	27.110	57.348	23,25	111,54
NE	276.527	400.295	825.118	44,76	106,13

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da RAIS/MTE.

3 Aracaju (SE), por corresponder a uma área metropolitana, não foi incluída nesta pesquisa, que analisa apenas as cidades médias não pertencentes às regiões metropolitanas do Nordeste, totalizando, portanto, 29 cidades na tabela.

Os dados mostram que, em termos relativos, as cidades médias do Ceará tiveram o maior crescimento no número de empregos na década de

1990. Em termos absolutos, observa-se que os estados da Bahia e de Pernambuco, a exemplo do crescimento da quantidade de estabelecimentos, tiveram melhor desempenho na década de 1990. Com relação à década de 2000, observa-se que, em termos relativos, foi o estado do Maranhão que demonstrou maior crescimento no número de empregos formais e na quantidade de estabelecimentos instalados em seu território.

O fenômeno da economia de aglomeração, mostrando que a tendência das cidades, a partir de certo volume de emprego, é continuar crescendo mais rapidamente. As tendências aglomerativas de população, emprego e estabelecimentos convergem para promover a interdependência entre os setores, favorecendo a localização de novos estabelecimentos, gerando um círculo cumulativo, virtuoso e crescente. Diversas teorias já discutiram essa questão, das quais ressaltamos o papel dos polos de crescimento, de Perroux (1975); da causalção circular cumulativa, de Myrdal (1968); e dos efeitos de encadeamento para trás e para frente, de Hirschman (1977).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período em estudo apresenta uma dinâmica positiva no mercado de trabalho formal nas cidades médias estudadas que, bem como os incentivos fiscais, foi fator preponderante para incorporar novos trabalhadores formalizados no mercado. A guerra fiscal da década de 1990 constituiu-se no principal fator que alterou as vantagens de localização que influenciava a decisão locacional, visto que, nesse período, investimentos públicos na produção foram cancelados, além da ausência de um projeto de desenvolvimento regional.

O crescimento dos estabelecimentos no Nordeste, em geral, foi maior na década de 1990. Com relação aos estados da região, o crescimento foi maior na década de 2000, exceto os estados da

Bahia, Ceará e Paraíba, em termos relativos, cujo crescimento foi maior na década anterior. Ou seja, nos anos 1990 o crescimento deu-se a partir dos estados maiores, ao passo que, em 2000, pelos estados menores.

Nos anos 1990 ocorreu uma significativa contração do emprego no Brasil, tendo como um de seus determinantes a abertura comercial-financeira indiscriminada e uma reestruturação produtiva marcada pela realocação e destruição-precificação de postos de trabalho – fato que aumentou as importações, contribuindo de forma decisiva para o aumento nas taxas de desemprego no período, confirmando a deterioração do mercado de trabalho brasileiro. Nesse período, a guerra fiscal entre as unidades da federação foi decisiva para alterar as vantagens locacionais, apresentando-se como uma alternativa para os estados atraírem empreendimentos para seus territórios, com vistas a gerar mais empregos. Porém, tal atitude não isenta os problemas financeiros para os municípios, pois ainda sofrem perdas de arrecadação, em razão das isenções concedidas.

Com a implantação do PNDR (BRASIL, 2005), buscou-se enfrentar os problemas relacionados à falta de emprego e à miséria no país, com a redução das desigualdades entre as regiões brasileiras. A economia já contava com políticas que tentavam melhorar as condições no mercado de trabalho no Brasil, em particular dos setores exportadores, devido à mudança do regime cambial em 1998. As políticas assistencialistas e de investimento na infraestrutura, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), contribuíram para o avanço econômico e, por consequência, favoreceram a distribuição de renda propiciada pela política de valorização do salário mínimo.

Quanto às cidades brasileiras, constata-se que o contingente populacional que migrou em direção às grandes metrópoles do país, advindas do *hinterland* brasileiro, em particular as cidades pequenas e médias, diminuiu. Isso ocorreu por causa das

políticas locais (estados e municípios) que geraram mais empregos. Fatores como novos empreendimentos em direção às cidades médias foram constatados, principalmente na década de 1990, que colaborou para o crescimento do emprego nas cidades médias do Nordeste, mesmo que em detrimento de uma maior destruição de empregos no Sudeste. Algumas cidades apresentaram melhorias significativas em termos de oferta de trabalho.

Essas mudanças que favoreceram as cidades médias nordestinas estão diretamente relacionadas com as políticas econômicas dos anos 1990 e 2000. Na primeira, a ausência de políticas de desenvolvimento, aliada ao crescimento da concorrência, fruto da abertura comercial e da guerra fiscal, implicou na realocação de diversas empresas intensivas em mão de obra, que se realocalizaram nessas cidades, aumentando significativamente a oferta de emprego na região. Considerando que o crescimento populacional foi significativamente inferior ao crescimento do emprego formal, as cidades se beneficiaram com essa diferença. Espera-se que o crescimento econômico continue em taxas positivas superiores ao crescimento da população, mantendo o ritmo de desenvolvimento social.

Os desafios a serem enfrentados nas cidades em pauta são muitos, pois envolvem não apenas a esfera municipal em que estão inseridas, mas também o estado e a União, pois são cidades intermediárias em que o crescimento populacional e de empregos necessita de uma gestão comprometida em acompanhar essas variáveis, com vistas a melhorar a qualidade de vida e do bem-estar dos seus habitantes.

Outras variáveis (valor agregado, estabelecimentos, PIB etc.) poderiam ter sido utilizadas para melhor caracterizar e identificar o processo de desconcentração das cidades em pauta. Porém, esse não era o escopo desta pesquisa. Algumas sugestões para pesquisas futuras, na mesma temática, são possíveis, tais como: acrescentar ao estudo as cidades médias das demais macrorregiões, visando analisar a magnitude que cada uma tem na geração de empregos e em que medida elas são influenciadas por outras regiões, bem como por suas respectivas unidades federativas. Além disso, pode-se estabelecer como tema de futura pesquisa o aprofundamento nas contribuições e hiatos inerentes a esse trabalho, em particular, identificar se a redistribuição das atividades produtivas trouxe uma reconfiguração industrial nas demais regiões.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. da S. *Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil: o caso do setor automotivo*. 2001. 111 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

AMARAL FILHO, J. et al. Impactos dos grandes projetos federais em estados nordestinos: Ceará. In: APOLINÁRIO, V.; SILVA, M. L. (Org.). *Impactos dos grandes projetos federais sobre os estados do Nordeste*. Natal: EDUFRN, 2011. p. 76-99.

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e

regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Brasília, DF: Ipea, 2001. p. 1-34.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

ARAÚJO, T. B. de. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: BERNAL, C. (Org.). *A economia do Nordeste na fase contemporânea*. Fortaleza: UFC, 2006. p. 2000, v.1 p.71-92.

AZZONI, C. R. Indústria e reversão da polarização no Brasil. *Ensaio Econômico* – IPE/USP, São Paulo, n. 58, 1986.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Casa Civil. Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974. Dispõe sobre o Segundo Plano de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979. *Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6151.htm>. Acesso em: 31 jan. 2017.
- _____. Ministério da Integração Nacional. *Política nacional de desenvolvimento regional*. Brasília, DF: 2005.
- _____. Ministério do Trabalho e do Emprego. *Relação anual de informações sociais (RAIS)*. Brasília, DF: 2015.
- CAIADO, A. S. C. *Desconcentração industrial regional no Brasil 1985-1998: pausa ou retrocesso?* Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- CANO, W. *Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005*. São Paulo: Unesp, 2007.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Unesp/Unicamp, 2002.
- CARVALHO, C. P. de O. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). *Economia Política do Desenvolvimento*, Maceió, v. 3, p. 70-90, 2008.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, L. B. Esperança, frustração e aprendizado. In: GIAMBIAGI, F. et al. *conomia brasileira contemporânea [1945-2010]*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 97-130.
- _____. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, F. et al. *Economia brasileira contemporânea [1945-2004]*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 131-164.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 31, p. 35-64, set. 1993.
- FERREIRA, S. G. Guerra fiscal: competição tributária ou corrida ao fundo do tacho? *Informe-se*, Rio de Janeiro, n. 4, jan. 2000.
- HIRSCHMAN, A. Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar-Minter, 1977. p. 35-52.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADA. *Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste*. Brasília: Ipea/IBGE/Unicamp/Finep/Caixa/Nesur, 2001. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil).
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- LESSA, C. *Quinze anos de política econômica*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LIMA, M. C. *Apontamentos para definições conceituais de cidades médias*. 2010. Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/publicacoes/marcoscostalima%20conceitos.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2017.
- MATTOSO, J.; BALTAR, P. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 13-40, 1997.
- MORAIS, A. C. S. Reestruturação produtiva e emprego formal na indústria das cidades médias não metropolitanas do nordeste (1989-2010). Monografia – Natal, RN, 2012.
- MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

REFERÊNCIAS

NEVES JÚNIOR, L. F.; PAIVA, L. H. A relação entre crescimento econômico e emprego no Brasil: referencial teórico, evidências empíricas e recomendações de política. In: COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente. 2008. *Anais...* Brasília, DF: Cepal/Pnud/OIT, 2008.

OLIVEIRA, F. A.; NAKATANI, P. A economia brasileira sob o governo Lula: balanço de suas contradições. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SEPLA – SOCIEDAD LATINOAMERICANA DE ECONOMÍA POLÍTICA Y PENSAMIENTO CRÍTICO, 1., 2006. v. 1. *Anais...* Santiago: 2006.

PEREIRA, F. M.; LEMOS, M. B. Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano industriais. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 127-165, 2003.

PEREIRA, W. E. N. REESTRUTURAÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAMPINA GRANDE – PB A PARTIR DOS ANOS 1990. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. CCHLA. UFRN, 2008.

PERROUX, F. O conceito de polo de crescimento. In: FAISSOL, S. (Org.). *Urbanização e regionalização:*

relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 97-110.

RAMOS, L. *O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais*. Rio de Janeiro: Ipea, 2007.

RESENDE, G. M. et al. Fatos recentes do desenvolvimento regional no Brasil. In: _____. (Ed.). *Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais*. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p. 25-90.

SPOSITO, M. E. B. *O chão aos pedaços: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo*. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. p. 35-78.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.